

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO CONSELHO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL - CRM/DF**

Ref: TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2016

Impugnante: Tozzini, Freire, Teixeira e Silva Advogados

Impugnada: Rocha Carneiro Advogados Associados S/S

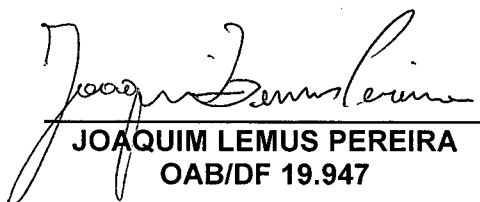
ROCHA CARNEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 18054864/0001-51, domiciliada na Rua 03, Ed. Office Tower, Sala 708, Setor Oeste, Goiânia/GO, CEP 74.115-050, representada pelo advogado e bastante procurador, Joaquim Lemus Pereira, OAB/DF 19.947, que abaixo assina, apresentar CONTRARRAZÕES A IMPUGNAÇÃO, apresentado pelo

1

E, diverso do que fora apresentada na combatida impugnação, a ora Impugnada faz jus a se manter habilitada para a presente tomada de preços, como será devidamente demonstrado.

Termos que se pede deferimento.

Brasília/DF, 14 de julho de 2017.

  
JOAQUIM LEMUS PEREIRA  
OAB/DF 19.947

## DAS CONTRARRAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

### I - DOS FATOS

Em uma rápida síntese, a Impugnante pretende desabilitar da primeira fase do certame (Habilitação) a Impugnada, e diversos outros escritórios de advocacia concorrentes, da presente Tomada de Preço (nº 001/2016) organizada por este Conselho Regional de Medicina, por, supostamente, não ter cumprido o Item 6.1.1, "d" do Edital da Licitação.

### II - DO CUMPRIMENTO DA FINALIDADE DA DECLARAÇÃO DE PROPOSTA ELABORADA DE FORMA INDEPENDENTE

Como é previsto no Item 6.1.1, "d" do Edital da presente Tomada de Preço, todo licitante deve apresentar "Declaração de que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009". 2

Segundo a peculiar interpretação da Impugnante, toda Declaração apresentada pelos licitantes deste certame deveriam vir conforme o modelo de Declaração previsto no Anexo I da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009. Em razão de constar na referida Instrução, conforme consta na impugnação combatida, a seguinte frase: *"obrigatória a apresentação da Declaração de Elaboração Independente de Proposta, constante no Anexo I"*.





A bem da verdade, a Impugnante apresentou em suas razões apenas partes do referido artigo, faltando um considerável fragmento final da norma, o qual refutaria tão equivocada interpretação no caso em espécie.

O art. 1º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009 (página do DOU anexada) determina, *in fine*:

Art. 1º Tornar obrigatória a apresentação da Declaração de Elaboração Independente de Proposta, constante no Anexo I desta Instrução Normativa, em procedimentos licitatórios, **no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG.** (Grifo nosso)

Ora, se restringíssemos a uma pobre interpretação gramatical do artigo, a qual mais a frente comentaremos, a obrigatoriedade do modelo do Anexo I da Instrução Normativa se aplica apenas aos órgãos e entidades integrantes do SISG. O que não seria o caso, pois é fato notório que o presente Conselho Regional de Medicina não integra o SISG - nos termos da norma que regula tal sistema, o Decreto Federal nº 1.094, de 23 de março de 1994 -, por não se tratar de uma Autarquia Federal.

3

De acordo com o Decreto Federal nº 1.094/1994, *in fine*:

Art. 1º Ficam organizadas sob a forma de sistema, com a designação de Sistema de Serviços Gerais (SISG), as atividades de administração de edifícios públicos e imóveis residenciais, material, transporte, comunicações administrativas e documentação.

§ 1º Integram o SISG os órgãos e unidades da **Administração Federal direta, autárquica e fundacional**, incumbidos especificamente da execução das atividades de que trata este artigo. (Grifo nosso)

Não restam dúvidas que a Impugnante abusou do direito de recorrer no caso em espécie. Trazer para o presente certame um formalismo exacerbado de uma norma não aplicável ao órgão realizador da licitação, apenas almejando desclassificar o maior número possível de licitantes por meios tortos, é demonstrativo de má-fé.

Ademais, a declaração de proposta elaborada de forma independente, possui um fim maior, o qual não se restringe a formalismos restritivos com a finalidade de excluir concorrentes.

A referida declaração busca preservar a probidade e a moralidade do processo de compras públicas, algo, que no atual momento histórico do Brasil, deve ser almejado por todo brasileiro.

O documento assinado pela ora Impugnada não segue o formalismo do anexo I da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, **aplicável apenas aos órgão e entidades integrantes do SISG**, mas alcança a finalidade de declarar que a licitante ofereceu uma proposta independente, sem nenhum conluio criminoso entre as concorrentes e, principalmente, preservando a finalidade da licitação, a concorrência para alcançar a proposta mais vantajosa para o Conselho Regional de Medicina do DF.

Isto, não se alcança com os formalismos de uma mera interpretação gramatical de uma instrução normativa que não possui força de lei.

Assim, por mais que a Impugnante faça todo um malabarismo jurídico para buscar desabilitar a ROCHA CARNEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S, e diversos outros escritórios licitantes, por simplesmente não preencherem uma



declaração conforme os seus critérios e interesses particulares, isto não deve prosperar perante esta nobre Comissão por ser desproporcional e ferir de morte o princípio da eficiência na administração pública (art. 37 da Constituição Federal).

O **princípio do formalismo moderado** deve ser aplicado ao caso para preservar todos os concorrentes que a combatida impugnação busca desabilitar.

As finalidades da presente tomada de preço nunca serão alcançadas se um grande número de licitantes forem desabilitados por erros formais decorrentes de uma legislação dúbia e que de nenhuma forma configuraria um vício insanável.

E antes de qualquer protesto da Impugnante, vale lembrar que o edital previu a inabilitação dos licitantes que não atenderem as exigências para a habilitação ao deixarem de apresentarem a documentação ou esta possuir vício insanável, consoante transcrição *in verbis*:

5

6.5 - Será INABILITADA a sociedade que não atender as exigências apresentadas neste ITEM 6 e seus subitens e/ou deixar de apresentar a documentação solicitada ou apresentar com vícios insanáveis.

Ora, apresentar uma declaração de proposta elaborada de forma independente que alcança o seu objetivo, sem vícios insanáveis, é seguir restritamente o previsto na licitação.

Desta feita, a nobre Comissão de Licitação não pode ir conforme a demanda da Impugnante, sob pena de estar agindo de forma não razoável e desproporcional, ao desabilitar diversas concorrentes por não preencherem um mero formalismo.



### III - DO CADASTRO SICAF DA IMPUGNADA.

Em respeito a eventualidade da nobre Comissão de Licitação não aceitar a fundamentação acima exposta, a ora Impugnada lembra que a **ROCHA CARNEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S possui cadastro ATUALIZADO E VÁLIDO no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF)**, como consta nos certificados presentes nas fls. 1354/1355 do autos digitais.

Como é bem claro no item 6.6 do edital do presente certame público:

6.6 – As licitantes cadastradas no SICAF poderão apresentar Certificado de Registro no SICAF, desde que esteja válido, em substituição aos documentos relativos à habilitação jurídica, a regularidade fiscal, trabalhista e a qualificação econômico-financeira.

Desta forma, todo escritório licitante possuía como direito nesta primeira fase licitatória a faculdade de tanto apresentar uma declaração de proposta elaborada de forma independente ou a sua inscrição junto ao SICAF (Anexada), com a finalidade de demonstrar a sua habilitação jurídica.

6

Ou seja, esta recorrida lançou das duas formas disponibilizadas no Edital em comento para comprovar a sua habilitação jurídica. Dessa forma, ainda que se considere insanável a declaração apresentada, o simples Certificado de Registro no SICAF tempestivamente apresentado é suficiente para a sua habilitação, conforme expressamente dispõe o 6.6 do Edital Licitatório.

Destarte, como a Impugnada possui cadastro regular no SICAF, comprovou satisfatoriamente a sua habilitação jurídica. Corroborando, desta forma, pela habilitação da ROCHA CARNEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S no presente certame.

#### IV - CONCLUSÃO

Infelizmente, a combatida impugnação nada mais é quem uma chicana jurídica interposta para tumultuar um processo licitatório conduzido com primor, em nítida afronta à supremacia do interesse coletivo.

Nobres membros da Comissão de Licitação do CRM/DF, não existe nenhuma irregularidade na habilitação da Impugnada, como foi muito bem constado por V.S<sup>a</sup> quando da apuração dos envelopes de habilitação, razão pela qual, com todo o devido respeito, a habilitação do escritório da ROCHA CARNEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S deve ser mantida.

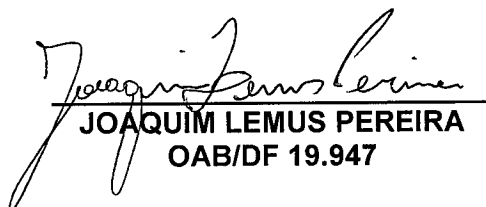
Por oportuno, requer sempre o direito de resposta sobre possíveis futuras interposições recursais em face da ora Impugnada, sob pena de abater o princípio constitucional da ampla defesa.

7

Neste termos.

Pede deferimento.

Brasília-DF, 14 de julho de 2017.

  
JOAQUIM LEMUS PEREIRA  
OAB/DF 19.947



## **DOC nº 1**

Página do DOU contendo a  
Instrução Normativa SLTI/MPOG nº  
2, de 16 de setembro de 2009





II - as tomadas de decisão serão por consenso ou por voto dos membros presentes, sendo vitoriosa a proposta que obtiver o voto favorável da maioria dos membros presentes;

§ 1º Ao Coordenador do GT caberá o voto de qualidade em caso de empate nas decisões;

§ 2º Nos casos em que se requeira urgência e não seja possível a realização de reunião presencial em tempo hábil, a aprovação ou rejeição de um pleito poderá ser feita por meio de votação em mensagens de correio eletrônico dirigidas à coordenação do GT, em atendimento à deliberação monocrática do seu coordenador e respeitando-se as regras estipuladas nos incisos I e II deste artigo, devendo nesse caso ser providenciada a consignação da decisão na ata da primeira reunião subsequente, ordinária ou extraordinária, obrigatoriamente.

Art. 5º A participação no GT não enseja qualquer tipo de remuneração.

Art. 6º Os casos omissos deverão ser encaminhados ao GT para análise e deliberação.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

CARLOS MINC

## AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

## RESOLUÇÃO Nº 655, DE 14 DE SETEMBRO DE 2009

Aprova novo Regulamento do Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES e dá outras providências.

O DIRETOR-PRESIDENTE SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 13, III, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 332ª Reunião Ordinária, realizada em 14 de setembro de 2009, com fundamento no art. 12, II, da Lei nº 9.984, de 2000, resolveu:

Art. 1º Aprovar novo regulamento das etapas do processo de seleção e de contratação de empreendimentos pelo Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES, na forma dos Anexos I a III desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor da Resolução de outorga e seus Anexos, bem assim todas as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site [www.ana.gov.br](http://www.ana.gov.br).

BENEDITO BRAGA

Ministério do Planejamento,  
Orçamento e Gestão

## GABINETE DO MINISTRO

## PORTARIA Nº 296, DE 16 DE SETEMBRO DE 2009

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada no art. 1º, inciso I, do Decreto nº 3.125, de 29 de julho de 1999, tendo em vista o disposto nos arts. 18, inciso I, § 5º, e 19, inciso III, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, no art. 96 do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, e os elementos que integram os Processos nºs 11550.000687/00-74; 04947.001773/2005-05; 04947.001513/2006-11; 04947.000936/2007-96 e 04947.000792/2007-78, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão de uso onerosa, ao Município de Vitória, Estado do Espírito Santo, de sete áreas que totalizam 1.893,39m², localizadas no calçadão, ao longo da orla, na Praia de Camburi, identificadas pelos pontos de coordenadas descritas a seguir:

I - Quiosque 1, com área de 270,91m², compreendido pelos segmentos de reta definidos pelos pontos de coordenadas georreferenciadas, iniciando-se no Ponto 295 de coordenadas UTM (E=366.076,0297 e N=7.757.550,2448); passando ao Ponto 296, de coordenadas UTM (E=366.088,3344 e N=7.757.561,1022); passando ao Ponto 297, de coordenadas UTM (E=366.099,2619 e N=7.757.548,7277); passando ao Ponto 298, de coordenadas UTM (E=366.086,9573 e N=7.757.537,8702); chegando ao Ponto 295, fechando, assim, o perímetro da área;

II - Quiosque 2, com área de 271,23m², compreendido pelos segmentos de reta definidos pelos pontos de coordenadas georreferenciadas, iniciando-se no Ponto 291, de coordenadas UTM (E=365.866,0641 e N=7.757.351,0340); passando ao Ponto 292, de coordenadas UTM (E=365.878,4441 e N=7.757.361,8140); passando ao Ponto 293, de coordenadas UTM (E=365.889,2841 e N=7.757.349,3440); passando ao Ponto 294, de coordenadas UTM (E=365.876,9041 e N=7.757.338,5640); chegando ao Ponto 291, fechando, assim, o perímetro da área;

III - Quiosque 3, com área de 266,83m², compreendido pelos segmentos de reta definidos pelos pontos de coordenadas georreferenciadas, iniciando-se no Ponto 287, de coordenadas UTM (E=365.594,3371 e N=7.757.033,2720); passando ao Ponto 288, de coordenadas UTM (E=365.589,7273 e N=7.757.049,0002); passando ao Ponto 289, de coordenadas UTM (E=365.605,3259 e N=7.757.053,6624); passando ao Ponto 290, de coordenadas UTM (E=365.609,9357 e N=7.757.037,9341); chegando ao Ponto 287, fechando, assim, o perímetro da área;

IV - Quiosque 4, com área de 271,34m², compreendido pelos segmentos de reta definidos pelos pontos de coordenadas georreferenciadas, iniciando-se no Ponto 283, de coordenadas UTM (E=365.512,1271 e N=7.756.914,7984); passando ao Ponto 284, de coordenadas UTM (E=365.520,5271 e N=7.756.928,9084); passando ao Ponto 285, de coordenadas UTM (E=365.534,7271 e N=7.756.920,4584); passando ao Ponto 286, de coordenadas UTM (E=365.526,3271 e N=7.756.906,3484); chegando ao Ponto 283, fechando, assim, o perímetro da área;

V - Quiosque 5, com área de 270,90m², compreendido pelos segmentos de reta definidos pelos pontos de coordenadas georreferenciadas, iniciando-se no Ponto 279, de coordenadas UTM (E=365.327,3463 e N=7.756.553,7133); passando ao Ponto 280, de coordenadas UTM (E=365.334,1858 e N=7.756.568,6327); passando ao Ponto 281, de coordenadas UTM (E=365.349,1853 e N=7.756.561,7433); passando ao Ponto 282, de coordenadas UTM (E=365.342,3458 e N=7.756.546,8239); chegando ao Ponto 279, fechando, assim, o perímetro da área;

VI - Quiosque 6, com área de 271,13m², compreendido pelos segmentos de reta definidos pelos pontos de coordenadas georreferenciadas, iniciando-se no Ponto 275, de coordenadas UTM (E=365.270,3300 e N=7.756.138,5200); passando ao Ponto 276, de coordenadas UTM (E=365.267,2000 e N=7.756.154,6400); passando ao Ponto 277, de coordenadas UTM (E=365.283,4100 e N=7.756.157,7800); passando ao Ponto 278, de coordenadas UTM (E=365.286,5400 e N=7.756.141,6600); chegando ao Ponto 275, fechando, assim, o perímetro da área;

VII - Quiosque 7, com área de 271,05m², compreendido pelos segmentos de reta definidos pelos pontos de coordenadas georreferenciadas, iniciando-se no Ponto 271, de coordenadas UTM (E=365.340,4527 e N=7.755.800,6061); passando ao Ponto 272, de coordenadas UTM (E=365.336,3627 e N=7.755.816,5061); passando ao Ponto 273, de coordenadas UTM (E=365.352,3527 e N=7.755.820,6161); passando ao Ponto 274, de coordenadas UTM (E=365.356,4427 e N=7.755.804,7161); chegando ao Ponto 271, fechando, assim, o perímetro da área.

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º destina-se à edificação e implantação de sete quiosques, ao longo da orla, na Praia de Camburi, naquele Município.

Art. 3º O prazo da cessão será de dez anos, contado da data de assinatura do respectivo contrato, prorrogável por iguais e sucessivos períodos.

Art. 4º Durante o prazo previsto no art. 3º, fica o cessionário obrigado a pagar mensalmente à União, a título de arrendamento, o valor de R\$ 45.458,33 (quarenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e trinta e três centavos), pelo uso da área descrita no art. 1º.

Parágrafo único. O valor mensal do arrendamento do imóvel deverá ser reajustado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou por índice que vier a substituí-lo. O índice do reajuste será calculado por meio da capitalização dos índices mensais, contados a partir da data de assinatura do contrato de cessão.

Art. 5º Fica o cessionário autorizado a locar ou arrendar partes do imóvel cedido e benfeitorias eventualmente aderidas, observados os procedimentos licitatórios previstos em lei.

Art. 6º A assinatura do contrato de cessão de uso onerosa fica condicionada ao cumprimento das exigências formuladas pelos órgãos ambientais.

Art. 7º Revoga-se a Portaria MP nº 531/2002, publicada no Diário Oficial da União, de 16 de dezembro de 2002, Seção 1, pp. 145-146.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

SECRETÁRIO DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA  
DA INFORMAÇÃOINSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2,  
DE 16 DE SETEMBRO DE 2009

Estabelece a obrigatoriedade de apresentação da Declaração de Elaboração Independente de Proposta, em procedimentos licitatórios, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG.

O SECRETÁRIO DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições que lhe conferem o Decreto nº 6.081, de 12 de abril de 2007, revogado pelo Decreto nº 6.222, de 4 de outubro de 2007, tendo em vista o disposto nos artigos 90 e 95 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e o disposto na Portaria SDE nº 051, de 3 de julho de 2009, resolve:

Art. 1º Tornar obrigatória a apresentação da Declaração de Elaboração Independente de Proposta, constante no Anexo I desta Instrução Normativa, em procedimentos licitatórios, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG.

§ 1º Deverá constar dos instrumentos convocatórios das modalidades licitatórias tradicionais e do Pregão, em sua forma presencial, a obrigatoriedade de o licitante apresentar a Declaração de Elaboração Independente de Proposta, no momento de abertura da sessão pública.

§ 2º Deverá constar do instrumento convocatório da modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica, a obrigatoriedade de o licitante apresentar a Declaração de Elaboração Independente de Proposta, no momento da habilitação, enquanto o sistema informatizado não disponibilizar a referida declaração aos licitantes, no momento da abertura da sessão pública.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO SANTANNA DOS SANTOS

## ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO  
INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação da Licitação)

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (identificação completa da licitante ou do Consórcio) doravante denominado (Licitante/Consórcio), para fins do disposto no item (completar) do Edital (completar com identificação do edital), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante/Consórcio), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas;

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ (representante legal do licitante/ consórcio, no âmbito da licitação, com identificação completa)

## Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃODESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL  
Em 16 de setembro de 2009

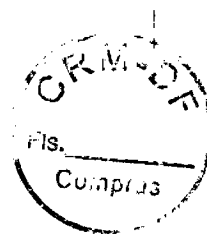
O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de CANCELAMENTO:

Processo: 4600002609200860 Empresa: WARTSILA BRASIL LTDA Passaporte: PR7344259 Estrangeiro: ANDERS JOHAN ZACKRIS; Processo: 46000034310200894 Empresa: NOVO NORDISK PRODUÇÃO FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA. Passaporte: X2307087 Estrangeiro: SYLVAIN VON ALLMEN

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho, constantes do(s) ofício(s) ao MRE nº 323/09 de 09/09/09, 325/09 de 10/09/09, 326/09 de 11/09/09 e 328/09 de 14/09/09, respectivamente:

Temporário - Com Contrato - RN 80, DE 14/10/2008:

Processo: 46000026049200994 Empresa: ASSOCIAÇÃO NARCONON BRASIL Prazo: 02 ANOS Passaporte: 5156486. Estrangeiro: MARIA TERESA NARANJO BUSTOS, Processo: 46000020987200926 Empresa: TETRA PAK LTDA. Prazo: 02 ANOS Passaporte: AA2122230 Estrangeiro: GIULIO MENGOLI, Processo: 4600002170200956 Empresa: ARIMA COMUNICAÇÕES BRASIL LTDA Prazo: 02 ANOS Passaporte: G31470145 Estrangeiro: QIANG HAN, Processo: 46000022626200914 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 02 ANOS Passaporte: 892432154 Estrangeiro: MICHAEL KUPSER, Processo: 46000022763200959 Empresa: SINOPEC INTERNATIONAL PETROLEUM SERVICE DO BRASIL LTDA Prazo: 02 ANOS Passaporte: P00483313 Estrangeiro: JIN ZUOGUI, Processo: 46000022764200901 Empresa: SINOPEC INTERNATIONAL PETROLEUM SERVICE DO BRASIL LTDA Prazo: 02 ANOS Passaporte: P00806372 Estrangeiro: CHEN XIANG, Processo: 46000022812200953 Empresa: STATOILHYDRO PETRÓLEO BRASIL LTDA Prazo: 02 ANOS Passaporte: 761200019 Estrangeiro: CHRISTOPHER HILL COZENS, Processo: 46208002160200912 Empresa: ACME ANALÍTICA LABORATÓRIOS LTDA Prazo: 24 MESES Passaporte: 118383400 Estrangeiro: JUAN RODRIGO PEREZ LABRANA, Processo: 46212007633200909 Empresa: GRIFOLS BRASIL LTDA. Prazo: 02 ANOS Passaporte: BF145541 Estrangeiro: DAMIAN JOSE JIMENEZ LOPEZ



**DOC nº 2**  
**Inscrição SICAF**



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação

Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG  
Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

**Certificado de Registro Cadastral - CRC**

(Instituído pelo art. 34 da Lei 8.666, de 1993 e regulamentado pelo art. 1º do Decreto nº 3.722, de 2001)

CNPJ / CPF: **18.054.864/0001-51**  
Razão Social / Nome: **ROCHA CARNEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S**  
Unidade Cadastradora: **153031 - MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO/SP**

Níveis do Cadastramento:

- I - Credenciamento
- II - Habilitação Jurídica
- III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Atividade Econômica:

**6911-7/01 - SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS**

Endereço:

**Rua 3 800 Ed. Office Tower, sl. 708 - Goiânia - GO**

Observações:

A veracidade das informações poderá ser verificada no endereço [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).  
Este certificado não substitui os documentos enumerados nos artigos 28 a 31 da Lei nº 8.666, de 1993.



**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**  
**Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação**

**Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG**  
**Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF**

**Declaração**

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação apresentada para registro no SICAF e arquivada na UASG Cadastradora, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

CNPJ / CPF: 18.054.864/0001-51 Validade do Cadastro: 12/02/2018  
Razão Social / Nome: ROCHA CARNEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S  
Natureza Jurídica: SOCIEDADE SIMPLES PURA  
Domicílio Fiscal: 93734 - Goiânia GO  
Unidade Cadastradora: 153031 - MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO/SP  
Atividade Econômica: 6911-7/01 - SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS  
Endereço: Rua 3 800 Ed. Office Tower, sl. 708 - Goiânia - GO  
Ocorrência: Nada Consta  
Impedimento de Licitar: Nada Consta

Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta

**Níveis validados:**

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita	Validade:	12/11/2017	
FGTS	Validade:	14/06/2017	
INSS	Validade:	12/11/2017	
Trabalhista	Validade:	29/10/2017	<a href="http://www.tst.jus.br/certidao">http://www.tst.jus.br/certidao</a>

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Municipal:

Receita Estadual/Distrital	Validade:	15/07/2017
Receita Municipal	Validade:	14/06/2017

VI - Qualificação Econômico-Financeira - Validade: 30/06/2017

Índices Calculados: SG = 16.36; LG = 16.18; LC = 15.13

Patrimônio Líquido: R\$ 0,00

Esta declaração é uma simples consulta não tem efeito legal.